

APRESENTAÇÃO

BOLETIM REGIONAL, URBANO E AMBIENTAL ESPECIAL DE QUINZE ANOS: REVISITANDO O PASSADO, MIRANDO O FUTURO¹

É com grande satisfação que trazemos a público o trigésimo número do *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Este número comemora quinze anos de existência desta publicação, criada em 2008 para apresentar à comunidade de gestores públicos e aos colegas da academia resultados preliminares de estudos, ensaios e experiências sobre elaboração, avaliação e monitoramento de políticas públicas territoriais conduzidos no âmbito desta diretoria.

Este número traz um conjunto de ensaios escritos como registros históricos dos esforços de diversos pesquisadores da diretoria ou por ela coordenados na problematização de políticas públicas territoriais no Brasil. A maior parte dos relatos está relacionada ao envolvimento direto com demandas governamentais para desenho, aperfeiçoamento e monitoramento de políticas e programas federais.

O leque das dimensões territoriais cobertas pelos estudos vai desde o regional, passando por urbano, rural, metropolitano, redes de cidades e faixas de fronteira até a escala local, e explora, em adição a esses recortes territoriais, as questões federativas e ambientais do desenvolvimento brasileiro. O programa de trabalho relacionado ao território tem buscado gerar conteúdos e bases de dados confiáveis e conhecimento robusto sobre os problemas das ainda elevadas disparidades econômicas e sociais que se verificam correntemente entre pessoas e lugares em um país continental como o Brasil.

Este número especial comemorativo representa, portanto, um balanço dos esforços considerados mais representativos da reflexão dos pesquisadores da Dirur no período de existência deste veículo de comunicação. E o que veio a ser entendido como “representativo” para efeito dos textos elaborados? Em primeiro lugar, arriscaríamos afirmar que os relatos, em sua grande maioria, espelham muito mais esforços de grupos de pesquisadores e menos de pesquisas individuais. Frequentemente, tais grupos foram coordenados por um único pesquisador, contudo, realizaram contribuições com propósito coletivo ao longo de um certo período sucessivo de anos. Não correspondem meramente a esforços individuais de pesquisa destinados à publicação acadêmica. Pelo contrário, são esforços de reflexão de instrumentos e saberes para o atendimento de demandas explícitas do governo brasileiro ao Ipea.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua30apresenta>

Em segundo lugar, a maioria das experiências apresentadas representa pesquisa de duração de médio e longo prazos, algumas com longevidade de dez anos ou mais, e correspondem a conhecimento amadurecido em relação à geração de indicadores, aos métodos de avaliação de políticas e programas e aos instrumentos e conceitos para o frequente suporte de assessoria governamental que a Dirur vem prestando a diversas áreas do governo federal. Ecoa, desse modo, a relevância do empenho investigativo de nossos pesquisadores no atendimento às necessidades do governo brasileiro e na qualificação de suas políticas com base em evidências documentais, teóricas e empíricas.

No seu conjunto, os ensaios exprimem para o público leitor as capacidades e potencialidades existentes na Dirur para a compreensão da natureza multidisciplinar que é própria dos estudos relacionados ao território em seu sentido amplo. Entre os dezesseis textos apresentados, nota-se uma diversidade de recortes e escalas territoriais investigados, os quais exigiram conceitos, perspectivas e recursos analíticos condizentes com cada nível de espacialidade tratado.

Um balanço de época, o qual cada leitor é convidado a realizar, uma vez feita a leitura deste boletim, traz consigo também indagações para o trabalho a ser desenvolvido em futuro próximo. O que foi e o que não foi coberto pelo esforço das reflexões sobre políticas territoriais? Quais temáticas públicas se tornaram urgentes e relevantes para a compreensão de fenômenos territoriais atuais da sociedade brasileira?

Em tempos de grande instabilidade, de múltiplas e sucessivas crises (ambiental, democrática, econômico-financeira e pandêmica) e de disseminação de redes sociais amplificadoras de tensões, inverdades e pós-verdades, como atuar para compreender e superar o descrédito contra o Estado, o bem comum e as políticas públicas? Sem dúvida, as rápidas mudanças ocorridas na última década no contexto político-econômico e na correlação de forças para a implementação de políticas públicas, levando a uma maior polarização e divisão político-ideológica no Brasil e no mundo, impelem o Ipea e a Dirur a uma atualização e renovação de seus conhecimentos e instrumentais mais adequados aos novos desafios.

Como provocação reflexiva, uma lista sumária e não exaustiva de questionamentos e desafios para o futuro poderia conter as sugestões a seguir.

- As políticas públicas sobre as quais nossos pesquisadores se debruçaram na última década e meia contribuem para a solução de problemas em regiões, cidades e no campo, ou alternativas deveriam ser buscadas e promovidas?
- Os referenciais analíticos – teorias, conceitos e indicadores – utilizados e aplicados na última década, baseados em contextos de estabilidade e conformidade política, continuam adequados para explicar as instabilidades e novas realidades insurgentes?
- Para um próximo ciclo de reflexão sobre políticas territoriais, quais seriam as questões corretas e desejáveis para atuar sobre a dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro visando a um modelo de crescimento econômico espacial e ambientalmente balanceado, sustentado e inclusivo e que se oriente por regramentos de estabilidade política e democrática?
- O imperativo ambiental, representado pela ameaça à vida humana no planeta, ao se tornar urgente pela recorrência de eventos climáticos disruptivos e pela destruição acelerada de recursos ambientais e da biodiversidade, coloca, sem lugar a dúvidas, novos desafios para o curso da reflexão assentada até o momento na Dirur e no Ipea.

- Não deveria a Dirur se dedicar a uma reflexão mais ampla sobre uma certa “geografia da transição ambiental” que, de um lado, viesse a apontar para um mapeamento das possibilidades, limitações, ameaças e impactos da trajetória corrente sobre os biomas nacionais e, de outro lado, pudesse elaborar em contrapartida um mapeamento da territorialidade das atuais possibilidades e limitações para a transição energética nacional?
- Na perspectiva do desenvolvimento social em territórios observados, isto é, na dimensão de coordenação de “pessoas e lugares”, como o monitoramento da vulnerabilidade social passa a ser impactado pela deterioração e agudização das condições das populações no território nacional provocada por eventos climáticos extremos? Qual o papel da agricultura voltada para a segurança alimentar e nutricional da população e para a sustentabilidade dos sistemas agroalimentares, tendo em vista a criação de resiliência dos meios de vida e de trabalho no campo e nas cidades?
- Como pensar cidades ambientalmente sustentáveis e resilientes a eventos ambientais extremos e como contribuir para a conscientização dos seus cidadãos – a grande maioria já em condições de precariedade social e econômica – sobre esses temas tão complexos?
- Depois do século da urbanização metropolitana acelerada e da industrialização (o século XX), o país experimenta novos processos de transformação. A urbanização atual se dirige para cidades médias e pequenas em regiões de expansão de fronteira agromineral, e do mesmo modo os impulsos industrializantes vêm se dirigindo para esta fronteira de crescimento, especializando-se na produção de bens tecnologicamente pouco complexos (processamento de grãos e carnes). Nas metrópoles, a desindustrialização é o fenômeno que gera desemprego estrutural nos mercados de trabalho e queda na arrecadação tributária local e nacional e torna mais difícil a oferta de políticas sociais compensatórias e mesmo de infraestruturas urbanas. Como atuar na reflexão sobre essa longa e dolorosa transição regressiva da estrutura produtiva nacional e como vislumbrar saídas que combinem o crescimento das atividades de produção de *commodities* agrominerais com a reindustrialização do país?
- O acirramento das posições políticas e ideológicas e os conflitos e impasses delas resultantes certamente desafiam olhares e perspectivas analíticas renovadas para o entendimento das relações federativas e intergovernamentais. Para as políticas públicas de base territorial, como são a regional, a urbana, a rural e a ambiental, se tornam ainda mais necessárias abordagens conceituais que deem conta das atribuições do nosso tempo presente: reforma tributária para justiça socioterritorial, arranjos federativos para políticas universais e territoriais, conselhos de articulação e cooperação federativa, entre outros.

Para encerrar, entendemos este momento de olhar para trás, propiciado pelo balanço de época das energias da Dirur depositadas neste número especial do boletim, como uma oportunidade para a celebração do que foi realizado, mas, ainda mais importante, para a reflexão de eventuais oportunidades perdidas, de melhorias e reforços em áreas que continuam a dar frutos, dos desafios que precisam ser enfrentados e dos novos caminhos a serem trilhados.

A atual presidência do Ipea e sua diretoria colegiada definiram para o período 2024-2026 uma agenda estratégica de pesquisa assentada na seguinte ideia: “Trabalhando por um desenvolvimento inclusivo, sustentável e democraticamente construído.” Esta, sem dúvida, deve ser doravante o guia para as reflexões coletivas que se organizam e ganham corpo na Dirur, inclusive com o apoio do espaço de publicização de trabalhos próprio do nosso *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*.

A todas e todos que realizaram direta e indiretamente este documento – seus editores, pareceristas, equipe de revisores editoriais e nossas secretárias e pessoas de apoio administrativo –, bem como àqueles responsáveis ao longo de anos pelos conteúdos de pesquisa, resultados de políticas públicas e estatísticas sobre a conjuntura relatados em cada número do boletim, expressamos nosso reconhecimento pela excelência profissional e pelo apreço institucional dedicados a este projeto editorial.

Vida longa ao *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*. Muito obrigado.

Aristides Monteiro
Vanessa Nadalin
Adriana Moura
Bruno Cruz
Carlos Wagner Oliveira
Cleandro Krause
Constantino Mendes
Regina Sambuichi